

# **A ELEVAÇÃO DO RIO GRANDE E A DEFESA DOS INTERESSES MARÍTIMOS DO BRASIL: PROTEÇÃO DOS RECURSOS MARÍTIMOS E A MODERNIZAÇÃO MILITAR DO PAÍS**

Tullio Damin Da Sois\*

Edson José Neves Júnior\*\*

## **RESUMO**

O artigo analisa a importância da Elevação do Rio Grande (ERG) e sua relevância para a segurança nacional. Como é uma temática pouco estudada, nas primeiras seções desenvolveu-se uma breve descrição sobre os aspectos fundamentais da ERG; os Direitos do Mar e as circunstâncias especiais para a exploração da ERG. Nas partes finais, é dedicada especial atenção ao processo reivindicatório para a exploração da Elevação; sua importância geopolítica; e, por último, é tratada a modernização militar brasileira para defesa da área. A correlação estabelecida aqui entre a exploração dos recursos da ERG e a sua defesa fazem parte de uma concepção teórica sobre a conjuntura internacional contemporânea e as estratégias de defesa nacional. O acesso aos recursos naturais figura entre os principais motivos para as guerras atuais. Por essa razão, a projeção brasileira no Atlântico Sul deve vir acompanhada de um projeto de modernização de suas capacidades militares.

**Palavras-chave:** Elevação do Rio Grande; geopolítica do Atlântico Sul; modernização militar do Brasil.

---

\*Graduando do curso de Ciência Política da Faculdade América Latina, Caxias do Sul/RS. email: tulliods@terra.com.br

\*\* Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Relações Internacionais do curso de Relações Internacionais da Universidade Vila Velha (UVV). email: edsonufrgs@yahoo.com

## **Abstract**

The article analyzes the importance of the Rio Grande Rise (ERG) and its relevance to the national security. As it is a poorly studied subject, in the first sections it has been developed a brief description about the fundamental aspects of the ERG; the Law of the Sea and the special circumstances for the exploitation of the ERG. In the final parts, special attention devoted to claiming process for the exploitation of the Rise; its geopolitical importance; and, at last, it is addressed the Brazilian military modernization for defending the area. The correlation established here between the exploitation of the resources of the ERG e its defense make part of a theoretical conception about the contemporary international scenario and the national defense strategies. The access to the natural resources figures among the main reasons the current wars. For this reason, the Brazilian projection in the South Atlantic must come accompanied by a military capabilities modernization project.

**Keywords:** Rio Grande Rise; South Atlantic geopolitics; military modernization of Brazil.

## **INTRODUÇÃO**

O Brasil tem renovado seu interesse na exploração do Atlântico Sul. Essa postura reverte uma tendência histórica da geopolítica brasileira que, tradicionalmente, esteve mais preocupada com a ocupação do território brasileiro, em especial a Amazônia, e a definição de fronteiras. A importância das águas azuis é decorrência da projeção internacional do país, da relativa pacificação regional com o processo de integração sul-americano, além da descoberta de recursos naturais em grande volume e valor na camada pré-sal. A criação do conceito da "Amazônia Azul" e a política dos últimos governos para modernização da Marinha são evidências nesse sentido.

A Elevação do Rio Grande (ERG) também poderia ser considerada parte dos interesses brasileiros no Atlântico Sul, mas conta com certas peculiaridades que a transformam em objeto de estudo especial. A Elevação não faz parte da plataforma continental brasileira e está localizada na margem exterior do espaço nacional, de Direito, para exploração marítima. E depende de negociações e procedimentos formais junto às organizações internacionais para garantir a exploração. Essa característica a torna, ao mesmo tempo, atrativa para o país, ainda mais quando consideradas as riquezas já encontradas e potenciais; e uma área de risco, porque pode ser disputada pelas demais potências presentes no Atlântico Sul.

O problema da Elevação do Rio Grande, somado às iniciativas relativas à Amazônia Azul conformam, assim, uma temática nova dentro do campo da Geopolítica. Mais especificamente, sugerem novos desafios para a segurança e defesa nacional. Até o presente estágio, a diplomacia brasileira tem demonstrado habilidade para conduzir a questão da Elevação nos fóruns internacionais para garantir a posse da área para o Brasil. Mas, considerando que a tendência das novas guerras tem se mostrado pela disputa por recursos naturais, é imperiosa a necessidade de modernização militar marítima e aérea. A adequação do Brasil ao tipo de conflito característico do século XXI, a guerra aéreo-marítima, se coloca como um projeto a ser levado a sério pelas autoridades públicas.

O presente artigo, seguindo esta realidade e preocupações, é um estudo inicial sobre o tema, tendo em foco a Elevação do Rio Grande e suas implicações para a segurança nacional. Para tornar clara a exposição dos argumentos, dividimos o texto em cinco seções. A primeira, bastante breve, aponta as características geológicas da ERG. A segunda indica a importância da Elevação para o Brasil. A próxima trata da reivindicação e argumentos brasileiros para a exploração da ERG. A penúltima parte se dedica a analisar a importância geopolítica da região para o país e demais nações interessadas. Na quinta seção são feitas considerações sobre o processo de modernização militar brasileiro para a defesa em uma eventual guerra e para aumentar o poder dissuasório das nossas Forças Armadas.

**Dados Fundamentais sobre a Elevação do Rio Grande**  
**Localização da Elevação do Rio Grande**  
**(Elevado do Rio Grande)**

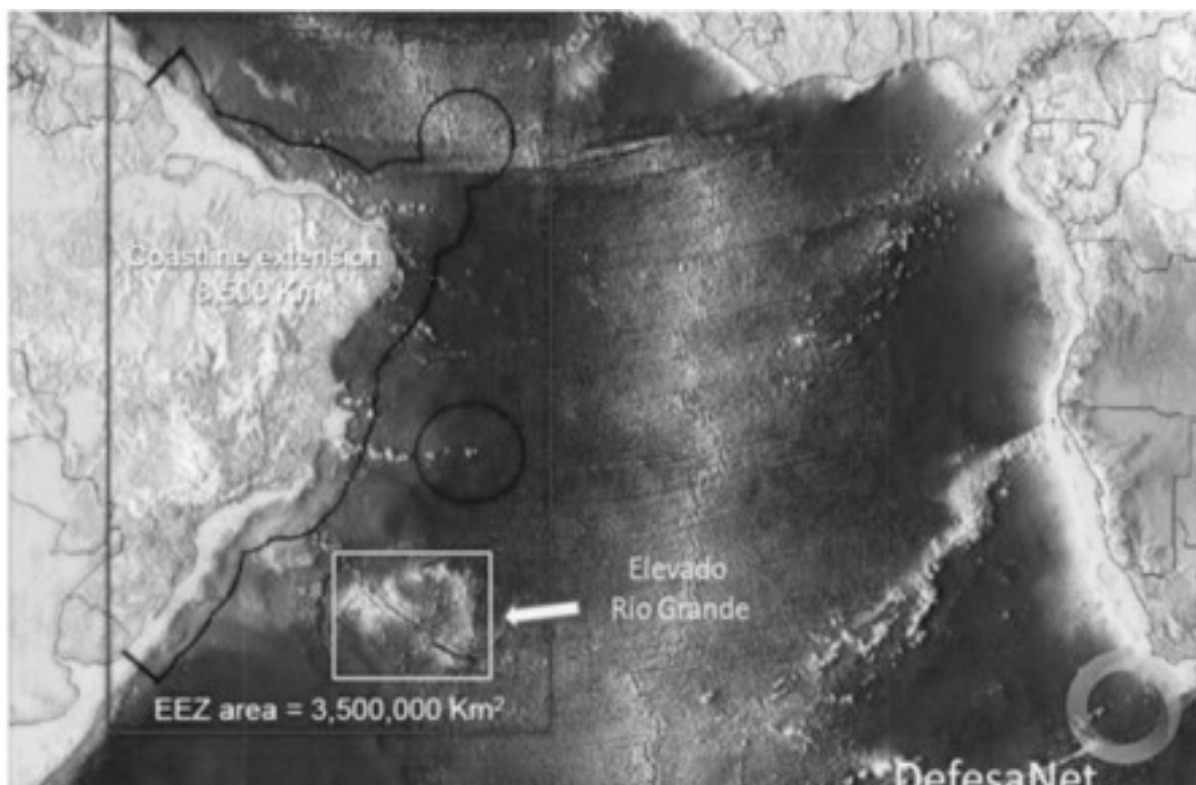


Ilustração 1: Visão geral do Atlântico Sul, com a superposição da atual Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do Brasil e da região da ERG. (Fonte: DefesaNet, online).

Segundo o Serviço Geológico do Brasil (CPRM)<sup>1</sup>, a Elevação do Rio Grande (ERG) – também conhecida como Elevação do Alto Rio Grande, Elevado do Rio Grande e Elevado do Alto Rio Grande – é uma região que compreende uma área de, aproximadamente, 95.000 km<sup>2</sup>, localizada nas águas internacionais do Oceano Atlântico Sul, a 1.500 km da costa brasileira (CPRM, 2012: online).

Ainda segundo o CPRM (2012: online), a ERG se eleva a 3.200 metros do piso oceânico, assim sendo coberta por uma lâmina de água de cerca de 800 metros de profundidade. Especificamente sobre a caracterização da mesma, ela “é uma elevação assísmica isolada, de caráter vulcânico” (PROAREA: online) e, segundo pesquisadores do CPRM em cooperação com a Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia da Terra e do Mar (Jamstec), pode ser “uma parte da Plataforma Continental Brasileira, que se desprendeu e afundou com o movimento das placas tectônicas” (TERRA, 2013: online).

## **A IMPORTÂNCIA DA ELEVAÇÃO DO RIO GRANDE PARA O BRASIL**

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) estabelece os direitos dos Estados detentores de fronteiras marítimas sobre o Mar Territorial, a Zona Contígua, a Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental. Além disso, a CNUDM determina que os recursos naturais oceânicos situados além das jurisdições nacionais – ou seja, as águas internacionais, cuja nomenclatura oficial é “Área” – são patrimônios comuns da humanidade. Para que a “Área” seja, então, administrada segundo o direito internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (*International Seabed Authority - ISA*); organização que, por sua vez, concluiu já em julho de 2000 o código de mineração na “Área”. Sendo o Brasil signatário da CNUDM, tem seus direitos marítimos reconhecidos, ao passo que reconhece a autoridade da ISA sobre a “Área”. Pelo fato

---

<sup>1</sup> O uso da sigla CPRM para representar o Serviço Geológico Brasileiro advém da trajetória histórica do mesmo: originalmente uma empresa de economia mista denominada Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, teve recentemente seu regime jurídico alterado para o de uma empresa pública, que agora se dedica ao estudo da geologia e hidrologia do Brasil.

da ERG estar localizada em águas internacionais, as possibilidades de pesquisa na região estão abertas às nações que se dispuserem para tal. Pesquisas por entidades estrangeiras, de fato, já ocorreram, revelando a presença de crostas cobaltíferas. Assim, explica-se a demonstração de interesse de países como Rússia, Alemanha e Estados Unidos da América (EUA) na região (PROAREA: online).

Assim sendo, podem ser identificados dois precedentes para o recente interesse brasileiro na ERG: a possibilidade, já desde julho de 2000, de exploração da "Área"; e as atividades estrangeiras de pesquisa e a demonstração de interesse por parte de países de grande expressão internacional na região.

Tal interesse do Brasil pelo Atlântico Sul e suas potencialidades concretizou-se através da criação, em 16 de setembro de 2009, do Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA) pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Já no ano seguinte, o Brasil começou a agir efetivamente quanto à cobiçada ERG: criou o Projeto Geologia Marinha da Potencialidade Mineral da Elevação do Rio Grande (PROERG) e deu início às atividades de pesquisa na região através de duas expedições (CPRM, 2010: online). Vale notar que o PROERG também faz parte de um programa de cooperação entre Brasil e Japão (CPRM, 2012: online; TERRA, 2013: online); tal cooperação se deve, muito provavelmente, à capacidade tecnológica brasileira limitada, sendo então tal debilidade compensada com o auxílio tecnológico japonês.

Quanto aos objetivos específicos do PROERG, os mesmos são assim anunciados pela Marinha do Brasil:

- Mapeamento geológico da região da ERG;
- Identificação de áreas com presença de crostas cobaltíferas;
- Desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de reconhecimento geológico e geofísico destes recursos minerais;
- Contribuição para a formação de especialistas em reconhecimento e mapeamento de jazidas de crostas cobaltíferas;
- Elaboração de modelos sobre a evolução geológica da ERG e sobre a origem dos depósitos de crostas cobaltíferas; e
- Fornecimento de informações para a tomada de decisões pelo governo e pelas empresas de mineração brasileiras quanto ao investimento na região (PROAREA: online).

A coordenação do Programa fica à cargo da CPRM, em parceria com a Marinha do Brasil e algumas universidades brasileiras. A proposta da pesquisa é transdisciplinar, envolvendo as áreas da Biologia, da Geofísica e da Geociência, entre outras. Os alunos de graduação matriculados nas universidades que possuem esses cursos também têm a oportunidade de participar do projeto. Com isso, são possibilitadas a iniciação científica de estudantes, a geração de conhecimento sobre o assunto e a capacitação de especialistas para a pesquisa e exploração da área. Esta transdisciplinaridade também auxilia nas pesquisas além da questão mineral da ERG, como em temas relacionados à pesca, à bioprospecção e à proteção e preservação do meio ambiente (CPRM, 2012:online).

Porém, mesmo reconhecendo a importância científica e ambiental da exploração da ERG, a questão de maior importância é a da exploração econômica da região – ainda mais quando são consideradas as questões da pesca e da biotecnologia, esta última possibilitada pela bioprospecção do local. O potencial econômico é mais relevante, no entanto, com respeito à mineração – e, possivelmente, até mesmo da capacidade energética da ERG. Segundo o Diretor de Geologia e Recursos Minerais do CPRM, Roberto Ventura, a longo prazo, “a região pode se tornar um ponto de mineração submarina, com a perspectiva de extração de ferro, manganês e cobalto” (TERRA, 2013: online). Em matéria para a Folha de S. Paulo, Denise Luna (2013: online) afirma que pesquisas do CPRM revelaram que além da região ser rica em minérios, há a presença de terras raras e rochas sedimentares, estas últimas propícias à formação de petróleo. Ainda, o chefe da Divisão de Geologia Marinha e coordenador técnico do PROERG, Kaiser Gonçalves Costa, afirmou que estudos também identificaram cobre, níquel, nióbio e tantálio na região; Costa ainda defende que a importância econômica da ERG pode ser tamanha a ponto de tornar-se, futuramente, uma espécie de “Serra Pelada do Mar” (CRISTINA, 2012: online). Assim, a região da ERG adquire grande importância econômica para o Brasil devido ao seu potencial extrativo, este último advindo não somente da quantidade de recursos ali presentes, mas também pela variedade de uso dos mesmos.

Por conseguinte, a ERG representa para a nação brasileira uma questão de grande importância, tanto devido ao potencial de exploração econômica, quanto ao de desenvolvimento científico-tecnológico e à preservação ambiental da região. As descobertas

recentes sobre os recursos reais e projetados da ERG e sua exploração econômica tem apresentado alguns problemas às autoridades nacionais: Como formalizar a posse da região ou mesmo receber autorização para explorá-la? E, mais importante, como protegê-la? Em resumo, trata-se da questão de segurança marítima e da soberania brasileira no Atlântico Sul.

## **A REIVINDICAÇÃO BRASILEIRA DA ELEVAÇÃO DO RIO GRANDE**

A ERG está localizada em águas internacionais e, que é de responsabilidade da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), órgão da ONU para tais questões. Mesmo assim, qualquer país pode realizar pesquisas em águas de jurisdição internacional sem comunicação prévia à ISA.

Para que alguma região marítima seja restringida à pesquisa e à exploração de uma única nação, a mesma deve encaminhar uma solicitação de bloqueio da área de seu interesse para a ISA, e esperar sua avaliação e julgamento. Caso a autorização seja concedida, por um período de, geralmente, 15 anos, somente o país detentor da concessão da Autoridade terá o privilégio da pesquisa e da exploração da área acordada (LUNA, 2013: online).

O Brasil, portanto deve respeitar e passar por tal procedimento jurídico se desejar avançar para uma fase de pesquisa avançada e exploração da ERG legalmente. Felizmente, o interesse brasileiro é uma realidade, como confirma o já mencionado Diretor do CPRM, Roberto Ventura. O Diretor preocupa-se com a possibilidade da presença de países mais avançados que o Brasil, tecnologicamente falando<sup>2</sup>, em uma região que chama de “quintal do Brasil”. Esta preocupação, infelizmente, não é uma mera projeção de cenários, mas uma realidade. Ventura reitera que além da presença de pesquisadores chineses ser constante em alguma região próxima à ERG, a Rússia e a França já fizeram solicitações à ISA em regiões próximas (LUNA, 2013: online).

---

<sup>2</sup> Obviamente, Ventura refere-se ao perigo da presença de alguma potência – como Rússia, China, EUA, França, Reino Unido – em uma região demasiadamente próxima do território continental brasileiro.



Porém, ainda de acordo com Ventura, a região da ERG, especificamente, ainda não foi reivindicada por nação alguma, e o país que “estiver com os mapas e conhecer as áreas potenciais ou áreas críticas vai ter mais chances” (LUNA, 2013: online). Tal questão não deve ser um problema, pois foram feitas cinco expedições de pesquisa à ERG durante os últimos dois anos (LUNA, 2013: online), e o conhecimento brasileiro sobre as áreas potenciais e/ou críticas é confirmado pelo próprio CPRM (2010:online). Além disso, o encaminhamento de uma solicitação de bloqueio da ERG já está em andamento: ainda em 2013, através do Ministério de Minas e Energia, o pedido será enviado à ONU. Se o pedido for cancelado, a exploração do local será conduzida por uma empresa privada escolhida através de leilões, estes últimos previstos no novo código de mineração brasileiro (LUNA, 2013: online).

### **A GEOPOLÍTICA DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL: A AMAZÔNIA AZUL, A ELEVAÇÃO DO RIO GRANDE E O CONFLITO DE INTERESSES PELA REGIÃO**

O Oceano Atlântico é de vital importância para o Brasil. Por meio dele se dá em torno de 85% do comércio externo brasileiro, entre importações e exportações; nele também se encontram cerca de 90% das reservas de petróleo e de gás natural do país; e, por fim, 86% da população brasileira, aproximadamente, vive em áreas urbanas, das quais a maior parte se encontra nas regiões litorâneas (SILVA, 2012, p.70-71).

Os espaços marítimos do Brasil reconhecidos pela CNUDM estão todos localizados no Oceano Atlântico Sul e totalizam, aproximadamente, 3,5 milhões de km<sup>2</sup>. Conscientes da importância imensa – e crescente – do Atlântico para as atividades econômicas do país, as autoridades e lideranças do Brasil estão engajadas em uma política de Estado que busca reivindicar o direito de extensão dos limites da Plataforma Continental<sup>3</sup>, previsto pela própria CNUDM, além das 200 milhas náuticas. Tal direito de reivindicação pode chegar

---

<sup>3</sup> Na área denominada Plataforma Continental, o Estado costeiro detentor da mesma detém o direito exclusivo de exploração econômica dos recursos do solo e do subsolo marítimo, mas não dos recursos vivos presentes da camada líquida do mar.

a um limite máximo de 350 milhas náuticas. Este pedido é pleiteado junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da CNUDM e, se aceita a proposta, serão adicionados 963 mil km<sup>2</sup> aos espaços marítimos brasileiros, que atingirão, então, aproximadamente, 4,5 milhões de km<sup>2</sup> de área. Esta extensão total dos espaços marítimos brasileiros é de tamanho comparável a uma nova Amazônia, daí a nomenclatura dada pela Marinha do Brasil (MB), de *Amazônia Azul*. Esta área, além das grandes dimensões, possui uma enorme variedade de recursos naturais e é estratégica para o abastecimento interno e escoamento da produção, o que a transforma em uma região estratégica para o país (AZUL: online).

Esta importância estratégica não advém somente da possibilidade de exploração de recursos naturais, do desenvolvimento do setor pesqueiro e do intenso comércio externo marítimo. Ela se confirma também pela presença de recursos biotecnológicos, pelas atividades turísticas e de esportes navais, e à responsabilidade brasileira para a efetuação de operações de busca e salvamento em uma área muito além das fronteiras da *Amazônia Azul* (AZUL: online). Toda a importância estratégica desta Amazônia marítima não é tão somente reiterada, como também é fortificada e ampliada devido ao recente descobrimento da camada Pré-sal de petróleo<sup>4</sup>, e pelo interesse brasileiro na ERG. Assim sendo, não seria nada estranho considerar a *Amazônia Azul* e a ERG como projetos paralelos pertencentes a um projeto brasileiro maior, de reconhecimento e intensificação do importantíssimo papel que o Atlântico pode assumir no desenvolvimento do país como um todo.

Esta elevação do fator de importância estratégica dos interesses marítimos brasileiros acarreta, conseqüentemente, maior visibilidade internacional, o que desperta a atenção e, eventualmente, o interesse por parte de determinados atores internacionais. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (2012, p. 71), o Ministério da Defesa considera a *Amazônia Azul* como uma área que precisa ser patrulhada e protegida de imediato. O mesmo pode ser dito sobre a ERG.

---

<sup>4</sup> Como a questão do Pré-sal não é o foco principal deste trabalho, o assunto não será aprofundado; e devido à localização do mesmo dentro da área denominada *Amazônia Azul*, o Pré-sal será considerado como pertencente a tal projeto.

Desta necessidade de securitização imediata dos interesses marítimos brasileiros, Silva afirma emergirem dois cenários de risco no médio prazo. O cenário de mais provável ocorrência seria uma ação do crime organizado contra instalações brasileiras além-mar em represália às medidas de combate ao tráfico por parte dos governos estaduais e/ou do governo federal brasileiro. O segundo cenário – menos provável, porém, muito mais significativo, ameaçador e prejudicial – seria uma represália de uma ou mais nações contra instalações além-mar brasileiras, ou até mesmo uma ação que negue a atividade econômica marítima do Brasil em áreas que não sejam reconhecidas pacificamente como patrimônio brasileiro. Esta alternativa se concretizaria caso as políticas brasileiras contrariem os interesses de determinado Estado, ou de um conjunto de Estados (SILVA, 2012, p.71). Como uma última hipótese de agressão vinda de uma ou mais nações estrangeiras, Silva cita o especialista britânico John Keegan, quando este afirma que uma ameaça bélica letal viria por parte de potências tão ou mais fortes que o Brasil através do Oceano Atlântico, muito possivelmente aos moldes da ação britânica na Guerra das Malvinas, em 1982 (SILVA, 2012, p.77). Silva afirma, em seguida, que tal agressão “combinaria o poder naval e aéreo numa ação de apropriação do espaço aeronaval brasileiro, a anulação das contramedidas brasileiras e, por fim, uma operação anfíbia de desembarque”. Estas manobras ocorreriam no local de maior fragilidade do Brasil, “área entre a foz do Oiapoque, no Amapá, e a Baía de São Marcos, no Maranhão” (SILVA, 2012, p.78).

Tais cenários de intervenção e agressão externa parecem claramente distantes devido ao caráter histórico pacífico e de diálogo da Política Externa do Brasil. No entanto, a potencialidade econômica, tanto da *Amazônia Azul* como da ERG, aliada a um contexto econômico internacional de grande e crescente importância da manutenção do acesso e controle dos recursos naturais, principalmente por parte das grandes potências, serve para alertar que a possibilidade de uma ação estrangeira não está tão distante quanto aparenta. Tal afirmação pode ser reforçada, de modo simples, por cinco constatações.

Primeiro, a atual potência hegemônica, os EUA, não são signatários da CNUDM e, portanto, podem agir de modo mais autônomo, argumentando o não reconhecimento dos direitos sobre o

mar acordados em tal Convenção. Um indício dessa hipótese é a reativação da Quarta Frota da Marinha dos EUA, responsável pelas operações americanas no Atlântico Sul, no ano de 2008. Uma divisão de sua Marinha de Guerra seria capaz não somente de garantir o acesso dos EUA às fontes energéticas da região, como representaria um grande fator de intimidação e capacidade de intervenção, objetivando controlar o acesso a tais fontes, de modo similar a o que os americanos fizeram com a Rússia após o esfacelamento da União Soviética (MAZAT e SERRANO, 2011, p. 8).

Em segundo lugar encontra-se a questão da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). No contexto dos últimos anos da Guerra Fria, o Brasil tomou iniciativa e propôs, em 1986, aos países da América do Sul e da África que circundam o Oceano Atlântico Sul, a criação de uma zona desmilitarizada e subordinada aos preceitos de paz e cooperação das Nações Unidas. A ZOPACAS foi aprovada pela ONU, porém, verificando-se os países que votaram contra e/ou se abstiveram da votação, confirma-se o conflito de interesses entre o Brasil e tais países. O único voto contra a resolução veio dos EUA, enquanto oito outros países se abstiveram, sendo eles: Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Japão, Luxemburgo e Portugal (CORRÊA, 2013: online). Novamente, constata-se o conflito entre os interesses dos EUA e do Brasil quanto ao Atlântico Sul. Ademais, torna-se visível o interesse na região – de modo menos explícito – de outras potências econômicas europeias como a França, a Alemanha e a Itália.

Em terceiro lugar está a possibilidade da retomada de um projeto de Estado da França pela administração Sarkozy, e mantida por François Hollande, iniciado por Charles De Gaulle ainda na década de 1960. Tal projeto visaria transformar o Brasil em uma zona de influência militar francesa, servindo de alternativa à pressão americana na Europa (CORRÊA, 2013: online). Assim seria explicada, então, a crescente cooperação militar entre Brasil e França, principalmente no caso do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (PROSUB). A criação de laços de dependência militar entre os dois países daria um poder de barganha à França que possibilitaria a mesma de negociar com o Brasil questões relacionadas à exploração da *Amazônia Azul* e/ou da ERG.

Vale lembrar que a França é um dos países que se abstiveram da votação da ZOPACAS e, caso suas reivindicações não fossem atendidas no cenário hipotético anteriormente idealizado, a mesma poderia agir militarmente contra o Brasil.

Em quarto lugar estaria a inclusão do Atlântico Sul no novo Conceito Estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Tal proposta partiu de Portugal, na reunião da Cúpula da OTAN em Lisboa, no ano de 2010. A proposta portuguesa foi rechaçada pelo então Ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim. O Ministro Jobim já havia afirmado que estava sendo sondado a respeito de possíveis intervenções militares dos EUA na Plataforma Continental do Brasil (CORRÊA, 2013: online). Novamente fica claro o interesse americano, e agora de modo conjunto com países europeus pertencentes à organização militar liderada pelos próprios EUA, em uma região de interesse brasileiro.

Por fim, encontra-se a presença significativa do Reino Unido da Grã-Bretanha (RU) no Atlântico Sul. Um mapa estratégico proveniente da Operação Atlântico II<sup>5</sup> (Imagem 2, a seguir) demonstra a presença britânica em oito ilhas/arquipélagos espalhados pelo Atlântico Sul. Analisando o mapa, constata-se a possibilidade da aplicação de um bloqueio econômico britânico ao Brasil em caso de conflito através da formação de um cordão de contenção naval ligando todos os territórios ultramarinos britânicos. Este cordão bloquearia praticamente todas as principais rotas de comércio do Atlântico Sul. Apesar do RU ser signatário da CNUDM e ter votado favoravelmente à ZOPACAS, o mesmo é um membro da OTAN e, portanto, qualquer conflito com os britânicos envolveria todas as forças militares dos países membros da organização. Além disso, o RU pretende ampliar a plataforma Continental de suas ilhas na região, o que, além de dificultar a navegação no Atlântico Sul, poria os interesses britânicos em conflito direto com os interesses argentinos e, por conseguinte, com os países do MERCOSUL e da UNASUL (WIESEBRON, 2013, p. 114).

---

<sup>5</sup> Exercício conjunto do Exército, da Marinha e da Força Aérea do Brasil, realizado no período de 19 a 30 de julho de 2010, tendo como principal objetivo treinar as Forças Armadas para a defesa dos interesses marítimos e a costa brasileira (ATLÂNTICO II: online).

## CADEIA DE ILHAS DO REINO UNIDO NO ATLÂNTICO SUL



Ilustração 2: Mapa estratégico da Operação Atlântico II com visão geral do Atlântico Sul. Em azul claro, ZEE's. Em azul escuro, áreas reivindicadas pelo Brasil junto à CLPC – áreas que, juntas à atual ZEE do Brasil, constituem a *Amazônia Azul*. Em verde escuro, Amazônia Legal brasileira. Linhas amarelas: principais rotas marítimas do Atlântico Sul. Círculos amarelos: principais pontos de exploração econômica de recursos energéticos pelo Brasil. Traçado em vermelho: possível cordão de contenção naval britânico ligando os territórios ultramarinos do RU no Atlântico Sul. Áreas ressaltadas em vermelho: áreas passíveis de interesse – a ERG inclusa. (Fonte: PESCE: online)

A importância geopolítica do Atlântico Sul para os interesses estratégicos brasileiros é inegável. Existe uma necessidade imediata do Brasil marcar presença nesta zona de projeção natural brasileira. Para tal finalidade, ao que tudo indica, existem duas linhas de ação, que são complementares.

A primeira consiste em marcar presença no Atlântico Sul por recursos e ações civis, i.e., através de instalações para a exploração econômica do Oceano e para a realização de pesquisas científicas.

Quanto à vertente econômica, um bom exemplo é não só a já atual exploração de recursos energéticos no mar, mas também o crescente investimento no Pré-sal. Já em relação às iniciativas de pesquisa, podem ser citadas a medida do governo brasileiro – por meio de um projeto conjunto entre os Ministérios da Defesa, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, e investidores privados nacionais – para a implantação de um laboratório oceanográfico em alto-mar. O mais curioso deste projeto é a localização pretendida para a instalação: no limite da Plataforma Continental, em uma área reivindicada pelo projeto *Amazônia Azul* já aceita pela ONU e, portanto, a 350 milhas náuticas da costa brasileira. Tal instalação tem por objetivo realizar pesquisas “direcionadas à segurança ambiental, ao desenvolvimento de tecnologia naval e à biotecnologia” e construir um observatório submarino, cujas imagens seriam disponibilizadas ao público pela internet (MALTCHIK e OLIVEIRA, 2011: online). O objetivo implícito da implantação de tal laboratório seria, obviamente, de cunho geopolítico, visando marcar presença no Atlântico Sul como modo de contrabalancear a presença de estrangeiros na região. Segundo relato de um alto funcionário do governo, um laboratório científico é “muito mais simpático” do que a presença de, por exemplo, uma força militar como a Quarta Frota dos EUA e, portanto, ganharia maior respaldo perante a autoridade internacional (MALTCHIK e OLIVEIRA, 2011: online).

A segunda maneira para que o Brasil marque presença no Atlântico Sul é a militar, i.e., através da presença de mecanismos capazes de vigiar e defender os interesses marítimos brasileiros, principalmente por meio de uma Marinha de Guerra “moderna, equilibrada e balanceada” (AZUL: online). A iniciativa relacionada à formação de uma força militar moderna e capaz, principalmente no caso naval, requer, pela sua natureza e complexidade, uma análise à parte.

## **MODERNIZAÇÃO MILITAR E A DEFESA DOS INTERESSES MARÍTIMOS BRASILEIROS**

Historicamente, a política externa brasileira não é pautada pela agressividade. Ao contrário, sempre foi guiada pelo princípio defensivo. Portanto, a postura brasileira quanto às relações internacionais pode ser considerada como historicamente pacífica e cooperativa. Esta tendência histórica se mantém viva, como confirma o texto da Constituição Federal de 1988 (CF/88) já em seu Preâmbulo, ao afirmar comprometimento, “na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”; e em seu Título I, Art. 4º, quando afirma que o Brasil tem por princípios nas suas relações internacionais, a independência nacional, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Ainda na CF/88, especificamente a respeito do papel das Forças Armadas do Brasil, estipula que as mesmas “destinam-se à defesa da Pátria”.

Deste modo, não restam dúvidas de que a composição militar do Brasil deve ser de caráter defensivo, para que assim os próprios princípios nacionais e o direito internacional sejam respeitados<sup>6</sup>. Visando o cumprimento de tal objetivo, deve-se optar, então, pela estratégia da *dissuasão*, e não da *ação*, segundo os conceitos desenvolvidos pelo General do Exército Francês, André Beaufre (1902-1975). A opção pela dissuasão se deve a seu caráter menos agressivo do que a ação, visto que a primeira pretende “convencer um oponente a não fazer algo que contrarie a vontade do dissuasor ou induzi-lo a fazer o que seja do interesse” do mesmo, enquanto que com a segunda “um ator busca impor sua vontade aplicando o poder militar de forma significativa, assumindo o risco de um conflito armado ou por ele optando”. A dissuasão é menos agressiva, portanto, por ser preventiva. Enquanto que a ação, por sua vez, é impositiva (PAIVA, 2012, p. 317-320).

---

<sup>6</sup> A Carta das Nações Unidas retirou dos Estados signatários a prerrogativa de fazer a guerra, mas permite a Defesa do território caso ameaçado. A guerra só pode ser feita com a expressa autorização do Conselho de Segurança da Organização. Por essa razão também, a Constituição brasileira enfatiza a defesa nacional.



Completando o raciocínio, as Políticas e Estratégias Nacionais e Militares de Defesa estabelecem objetivos e diretrizes que contribuem para a identificação das capacidades militares a serem desenvolvidas para que a expressão do poder militar brasileiro seja dissuasória (PAIVA, 2012, p. 317-318). Em relação à Marinha, tais políticas estão expressas em iniciativas como: o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), que é parte do Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED); o Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (PROSUB) e o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER). O PAEMB, em suma, prioriza a obtenção de 61 navios de superfície e 5 submarinos. O PAED consiste das metas das três Forças Armadas do Brasil para o curto (2012-2015), médio (2016-2023) e longo (2024-2031) prazos, contendo todos programas de modernização, aquisição e desenvolvimento de equipamentos militares para a nação. O PROSUB, como já mencionado, se trata de uma parceria com a França – com transferência de tecnologia – para a construção de 4 submarinos convencionais (S-BR) e 1 nuclear (SN-BR), além de uma base e um estaleiro em Itajaí, no Rio de Janeiro. E o PROSUPER consiste na obtenção de tecnologia para desenvolvimento e construção nacional de um conjunto de navios de guerra modernos composto por 5 Navios Patrulha Oceânicos (NPaOc), 5 Fragatas e um Navio de Apoio Logístico (NAPLog). A Marinha do Brasil ainda planeja a obtenção de unidades navais de maior porte, como Navios-Aeródromo (NAe), Navios de Propósito Múltiplo (NPM), e a ampliação da capacidade de monitoramento da *Amazônia Azul* (PESCE, 2012). Esta última trata-se do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), e se daria pela aquisição de aeronaves e Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT's), radares fixos e móveis, e pela modernização dos recursos de comunicação militar via satélites (PESCE, 2012; PAEMB: online). Por fim, a Marinha deseja ainda a criação de uma 2ª Esquadra e 2ª Divisão Anfíbia na região Norte/Nordeste, visando um maior controle geral de toda costa brasileira, ao “assegurar maior ação de presença nas proximidades da foz do Rio Amazonas, nas Bacias Amazônica e do Paraguai- Paraná e maior controle da faixa litorânea entre Santos (SP) e Vitória (ES)” (PAEMB: online).

Estas iniciativas, se consideradas com comprometimento e seriedade pelo governo atual e pelos que virão, tornando-as verdadeiras políticas de Estado, certamente cumprirão o papel de reaparelhamento, modernização e ampliação das diversas capacidades da Marinha de Guerra do Brasil. Porém, mais fatores devem ser adicionados para que a capacidade defensiva tenha pleno poder dissuasório.

Primeiramente, deve ser considerada a importância do emprego de mísseis anti-navio na guerra marítima e o subsequente favorecimento de marinhas com pequenas embarcações e de países que defendam a sua costa em função de tal fator. Isto se deve à quebra do padrão histórico de dificuldade de uma marinha menor romper o bloqueio de uma maior, tanto por conta da dificuldade de mobilidade por parte da marinha sob bloqueio, quanto pela superioridade tática de navios maiores – maior quantidade e poder de artilharia e maior resistência ao fogo inimigo. Com o emprego de mísseis, a guerra marítima passou a ser decidida, então, pela efetividade do uso dos mesmos. O grande poder destrutivo dos mísseis, combinado à relativa fragilidade dos vasos de superfície ao seu ataque e aos substantivos custos relacionados à construção, manutenção e reparo de grandes embarcações, garantem a vantagem a uma força marítima para a defesa do seu litoral ou área operacional. Assim, essa alternativa possibilita que se utilize navios de menor porte com grande capacidade missilística nas táticas de defesa, ainda que enfrentando um inimigo em condição de superioridade numérica. Além do mais, por estar mais adaptada ao ambiente, tal classe de navios e de atacar efetivamente o inimigo.

Porém, está tática não pode estar isolada de outros recursos. A vantagem defensiva de uma frota menor só seria consumada se o país atacado possuir uma tecnologia missilística comparável ou superior a do inimigo, e se for capaz de coordenar seus sistemas de sensoriamento e de escolta, unindo-os a uma eficaz capacidade de tomada de decisões, permitindo a aplicação mais rápida e efetiva de seus mísseis (DUARTE, 2012, p. 233-235). Portanto, é recomendável ao Brasil investir mais pesadamente em embarcações que se encaixem em tal perfil de ação, como Navios-Patrolha (NPa e NPaOc's), ainda mais pelo fato de que a indústria nacional bélica brasileira já possui capacidade de fabricação e modernização de mísseis antinavio (TECNODEFESA, 2012: online).

Ademais, considerando a natureza dos países que ameaçam o Atlântico Sul, como Estados Unidos e Reino Unido, que tem uma tradição naval e grande capacidade logística para ingressar em duradouras guerras, convêm também ao Brasil investir em vasos de apoio. O Programa de Obtenção de Meios de Superfície, o PROSUPER, prevê a construção de apenas um Navio de Apoio Logístico. Confrontado aos vizinhos da América do Sul, o Brasil possui um bom número de vasos de apoio logístico, 39 unidades<sup>7</sup>, mas em comparação a alguns países do grupo BRICS a proporção é desvantajosa. Rússia e China possuem, respectivamente, 249 e 205 embarcações de apoio (THE MILITARY BALANCE, 2012, p. 195 e p. 236-237)<sup>8</sup>. Em segundo lugar, a defesa da costa brasileira deve ter amplo apoio do poder aeroespacial. Tal poder consiste no uso de "aeronaves modernas tripuladas, vetores não tripulados e mísseis guiados disparados de aeronaves, navios e plataformas terrestres móveis, capazes de atingir alvos aéreos, terrestres e navais a longo alcance, em qualquer dimensão, e artilharia antiaérea para a proteção da infraestrutura crítica" (PAIVA, 2012, p. 336-337). Para tal, seriam necessários pesados investimentos – tanto na questão de aquisição de equipamentos, quanto na do desenvolvimento de tecnologias – na área missilística, da aviação de guerra e da defesa antiaérea brasileira.

Seguindo as diretrizes anteriormente expostas, a força militar brasileira estaria apta a, ao menos teoricamente, impedir o livre acesso à *Amazônia Azul* por parte de uma força militar hostil. Assim sendo, a defesa marítima do Brasil se daria desta forma: um primeiro embate, por meio de uma força combinada de submarinos convencionais e nucleares, dissuadiria o inimigo ao negar o espaço marítimo ao mesmo, ao passo que helicópteros e aviões de caça negariam o espaço aéreo e apoiariam a investida; em seguida, uma força naval de superfície, composta por Navios-Aeródromo e Fragatas, também apoiada pelo poder aeroespacial e por plataformas terrestres móveis capazes de empregar mísseis de cruzeiro, realizaria o segundo embate (SILVA, 2012, p. 78; PAIVA, 2012, p. 336).

---

<sup>7</sup> Cada um dos principais países da América do Sul quanto aos investimentos em equipamentos militares possuem menos da metade desse número (THE MILITARY BALANCE, 2012, 370-406).

<sup>8</sup> Esta comparação levou em consideração apenas o número de vasos de apoio de cada país e não suas capacidades. Serve, portanto, apenas como um indício para a análise.

Ao negar o espaço marítimo e aéreo, o Brasil estaria aplicando, com sucesso, a estratégia Anti Acesso/Negação de Área (A2AD) e, por conseguinte, consolidando o Atlântico Sul, ou pelo menos boa parte do mesmo, como sua área de projeção e de influência. Vale notar, também, que esta combinação de capacidades militares marítimas e aéreas compõe o núcleo duro do conceito de guerra dos EUA, Batalha Aéreo-Marítima (*Air-Sea Battle*), que objetiva reduzir riscos, manter a liberdade de ação dos EUA e ingressar na área operacional de um potencial inimigo em um curto espaço de tempo (KELLY, 2013).

Uma força militar brasileira capaz de defender a costa da maneira acima exposta, no entanto, seria somente uma força dissuasória defensiva, pois em uma guerra contra uma potência global, isolada ou coligada, o combate seria inicialmente convencional, mas em seguida transformar-se-ia em uma guerra de resistência. A capacidade dissuasória das Forças Armadas do Brasil, portanto, após o completar a formação de uma postura defensiva – capaz de causar danos à força agressora –, deveria desenvolver, também, uma postura ofensiva – capaz de efetuar um contra-ataque, ou até mesmo antecipar-se à agressão; sempre mantendo, porém, o histórico princípio defensivo de sua força militar e em suas relações internacionais. A combinação da postura e capacidade defensiva com a ofensiva resultaria, então, em uma força militar dissuasória defensivo-ofensiva (PAIVA, 2012, p. 335-336).

Para atingir a capacidade ofensiva de contra-ataque e antecipação, o Brasil precisaria investir mais em belonaves como Fragatas e Corvetas, mas, principalmente, em Navios-Aeródromo, Contratorpedeiros, Aviões de Caça – tanto na Força Aérea Brasileira como na Aviação Naval Brasileira –, Helicópteros de ataque e de suporte aéreo, capacidade missilística – Mísseis Balísticos e de Cruzeiro – e Submarinos Nucleares – até mesmo combinando a capacidade nuclear com a de Mísseis Balísticos.

Além disso, um programa para o desenvolvimento de uma capacidade defensivo-ofensiva deve ter, obrigatoriamente, incluso como objetivo o fortalecimento das forças militares capazes de projetar poder: o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), o Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC) e a Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt). Tais forças, além de necessitarem de modernização e reaparelhamento completos, devem ser direcionadas única e exclusivamente ao treinamento de guerra, delegando totalmente a responsabilidade pela atuação em missões de paz para as forças auxiliares – incluindo as polícias militares (SILVA, 2012, p. 72-73).

Em suma, o poder de dissuasão militar necessário para as Forças Armadas do Brasil defenderem, com sucesso, os interesses marítimos da nação, pode ser sintetizado nas seguintes capacidades: "alcance, antecipação, precisão, letalidade, rapidez, adaptabilidade/flexibilidade e permanência" (SILVA, 2012, p. 334).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o fim da Guerra Fria as mais importantes guerras têm sido travadas pelo acesso e controle dos recursos naturais. Quanto a esse ponto, é determinante esclarecer que a disputa por recursos tem um elemento de fundo substantivo: determinar as capacidades de crescimento econômico dos países. Ao controlar, por exemplo, o petróleo, os países podem determinar o ritmo de crescimento de seus rivais, uma vez que fontes de energia e matérias primas são fundamentais para o mundo da produção. Não se trata de apenas manter o acesso àqueles bens, mas evitar que outros os compartilhem. A Elevação do Rio Grande tem mostrado muito potencial para fornecimento destes dois tipos de riquezas, ou seja, energia e matérias primas. Sua exploração e controle pelo Brasil seriam fundamentais para garantir o desenvolvimento do país, desde que possua as necessárias capacidades para sua proteção.

Assim, a Elevação do Rio Grande se coloca como mais um desafio para a projeção brasileira no Atlântico Sul. Embora se trate de uma preocupação geopolítica prioritária para o país, ainda há muito por fazer para garantir a soberania na região. A soberania, neste caso, possui outros significados para a América do Sul, com especial atenção para o papel do Brasil no continente. Garantir o acesso, o direito de exploração e ter a capacidade de proteger a Elevação contra potenciais ameaças, para além dos recursos naturais, seria importante para o Brasil na relação com os vizinhos. Tais circunstâncias proporcionariam ao país o estatuto de liderança regional por ser capaz de evitar a ingerência de potências estrangeiras em assuntos sul-americanos<sup>9</sup>. De certa forma, tal condição colocaria o

---

<sup>9</sup> É importante lembrar que na América do Sul há uma tradição de ingerência nos negócios internos pelas grandes potências. Na condição de ex-colônias e integrantes de uma região periférica, os países sul-americanos sofreram com a política dos europeus e depois dos Estados Unidos ao longo de grande parte do século XX. O exemplo mais recente de intervenção direta no continente, e que remete diretamente ao tema desenvolvido neste artigo, foi a Guerra das Malvinas. Este confronto demonstrou as dificuldades da Argentina em garantir a soberania no Atlântico, apesar das evidentes vantagens logísticas de que dispunha.

Brasil como responsável, como “fiador”, da regionalização ora em curso. Tal perspectiva mostra o quão importante a Elevação do Rio Grande pode se tornar para um objetivo muito maior, relacionado à segurança e integração regional.

No entanto, os meios militares do Brasil para a defesa do Atlântico Sul ainda são precários. Se comparado com as potências presentes na região, ainda há substantivas defasagens. Além da falta das capacidades Reconhecimento e Vigilância, o Brasil não produz as tecnologias com as quais as Armas trabalham. Exemplo claro são os aviões E-99 e R-99. A Embraer produz as plataformas dessas aeronaves, mas os radares são importados da Suécia, os *Saab PS-890 Erieye*. Não há a inversão das tecnologias adquiridas no exterior em produção nacional, que é a tendência da indústria bélica<sup>10</sup>. Talvez a dificuldade em modernizar as Forças Armadas seja essa a razão para iniciativas coletivas que vem sendo construídas há algum tempo, como a ZOPACAS, a criação do Conselho de Defesa da Unasul, e a cooperação com os países africanos, em especial a iniciativa do Fórum IBAS<sup>11</sup>. Enfim, uma interessante compensação coletiva pelas limitações individuais do país.

Por fim, é imprescindível apontar alguns limites deste artigo, dado o caráter inicial do estudo e mesmo o desenho de pesquisa. O foco foi a análise da Elevação do Rio Grande, mas como indicado, o problema se desdobra para outras áreas, como a autorização para exploração, o reconhecimento da soberania de fato, a modernização militar, e a liderança brasileira e processos de regionalização na América do Sul. Em trabalhos futuros esses pontos merecerão maior atenção pelo que representam para as Relações Internacionais e para os Estudos Estratégicos do Brasil.

---

<sup>10</sup> Os indianos, recentemente, celebraram a compra no Brasil de aeronaves desse tipo, mas em lugar de comprarem o radar dos suecos, desenvolveram o seu próprio,

<sup>11</sup> O Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) foi formado em 2003 e tem vários projetos envolvendo os três países, entre eles a cooperação na área de segurança, com especial atenção à defesa marítima. Em 2008 foi realizada a primeira operação conjunta envolvendo os países do Fórum: o IBSAMAR I foi uma operação conjunta, e inédita, das Marinhas de Índia, Brasil, e África no Atlântico Sul (MARINHA DO BRASIL, online).

## REFERÊNCIAS

ATLÂNTICO II, Operação. **A Operação**. Marinha do Brasil. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/atlantico2/html/a\\_operacao.html](http://www.mar.mil.br/atlantico2/html/a_operacao.html)>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

AZUL, Amazônia. **A nossa última fronteira**. Marinha do Brasil. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/html/definicao.html](http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/html/definicao.html)>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

CORRÊA, Fernanda. **Atlântico Sul: e se não for um projeto político só da ZOPACAS?** Defesanet, 5 de Fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9566/Defesa-em-Debate—Atlantico-Sul—e-se-nao-for-um-projeto-politico-so-da-ZOPACAS->>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

CPRM. **Brasil avança no mapeamento geológico do Atlântico Sul**. CPRM, 31 de Janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1684&sid=48> . Acesso em 20 de Abril de 2013.

CPRM. **Expedições dão Início aos Projetos do PROÁREA**.

CPRM, 2 de Junho de 2010. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1312&sid=48>>. Acesso em 10 de Junho de 2013.

CRISTINA, Lana. **Potencial de exploração mineral de rochas no Atlântico Sul podem tornar região próxima do Rio a Serra Pelada do Mar**. Agência Brasil, 18 de Janeiro de 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-18/potencial-de-exploracao-mineral-de-rochas-do-atlantico-sul-podem-tornar-regiao-proxima-do-rio-serra-p>>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

DUARTE, Érico Esteves. A Conduta da Guerra na Era Digital: Conceitos, Políticas e Práticas. In: FILHO, Edison Benedito da Silva; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Defesa Nacional para o Século XXI: Política Internacional, Estratégia e Tecnologia Militar**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

LUNA, Denise. **Brasil já arma defesa de tesouro submerso**. Folha de S.Paulo, 10 de Fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1228821-brasil-ja-arma-defesa-de-tesouro-submerso.shtml>>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

MALTCHIK, Roberto; OLIVEIRA, Eliane. **Governo planeja ter laboratório oceanográfico em alto-mar para garantir domínio territorial.** O Globo, 9 de Janeiro de 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/governo-planeja-ter-laboratorio-oceanografico-em-alto-mar-para-garantir-dominio-territorial-2840017>>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

MARINHA DO BRASIL. **Operação IBSAMAR I.** Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/operacoes\\_navais/OperacaoIBISAMAR.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/operacoes_navais/OperacaoIBISAMAR.htm)>, acesso em 24 de agosto de 2013.

MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin. A Geopolítica das Relações entre a Federação Russa e os EUA: da "Cooperação" ao Conflito. **Oikos**, Rio de Janeiro, Volume 10, n.º 2, 2011, p. 8-37.

KELLY, Jason. **Overview of the Air-Sea Battle Concept.** Navy Live, 3 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://navylive.dodlive.mil/2013/06/03/overview-of-the-air-sea-battle-concept/>>. Acesso em 24 de Junho de 2013.

PAEMB. **Plano de Articulação e Equipamento da Marinha.** Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/paemb/paemb.html>>. Acesso em 10 de Junho de 2013.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. O Presente e o Futuro da Dissuasão Brasileira. In: FILHO, Edison Benedito da Silva; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Defesa Nacional para o Século XXI: Política Internacional, Estratégia e Tecnologia Militar.** Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

PESCE, Eduardo Italo. **Desafios para a Marinha do Brasil nos próximos anos.** Geopolítica do Petróleo, 4 de Janeiro de 2012. Disponível em: <<http://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/2012/01/04/desafios-para-a-marinha-do-brasil-nos-proximos-anos/>>. Acesso em 30 de Maio de 2013.

PROAREA, Comissão - Elevação do Rio Grande -. **A Elevação do Rio Grande e o PROAREA.** Marinha do Brasil. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/dhn/chm/comissao\\_proarea/relevancia\\_cientifica.htm](http://www.mar.mil.br/dhn/chm/comissao_proarea/relevancia_cientifica.htm)>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Política de Defesa e Segurança do Brasil no Século XXI: um Esboço Histórico. In: FILHO, Edison Benedito da Silva; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Defesa Nacional para o Século XXI: Política Internacional, Estratégia e Tecnologia Militar.** Rio de Janeiro: IPEA, 2012.



TECNODEFESA. **Brasil testa míssil antinavio.** Tecnologia & Defesa, 8 de Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.tecnodefesa.com.br/materia.php?materia=120>>. Acesso em 24 de Junho de 2013.

TERRA. **Brasil e Japão podem ter achado "continente perdido" no Atlântico.** Terra, 6 de Maio de 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/ciencia/pesquisa/brasil-e-japao-podem-ter-achado-continente-perdido-no-atlantico,22ea5abb5c97e310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

THE MILITARY BALANCE. **The annual assessment of global military capabilities and defense economics.** International Institute for Strategic Studies – IISS, 2012.

WIESEBRON, Marianne. **Amazônia Azul: Pensando a Defesa do Território Marítimo Brasileiro.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Vol. 2, Nº. 3, Janeiro-Julho 2013, p. 107-131.

RECEBIDO: 06/12/2013

APROVADO: 20/12/2013

